Deus seja Louvado.

Cidade das Grquídeas

EXPEDIENTE DO DIA



EM 28,09,2029



Câmara Municipal de Marechal Floriano

CASA LEGISLATIVA PRESIDENTE MUNICIPAL PHILIPP ENDLICH
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROJETO DE LEI Nº. 106/2021

Câmara Municipal de Marechal Floriano Protocolado sob nº 1.19.1 em 23.109.12011 às :---

Encarregado

O PODER LEGISLATIVO **MUNICIPAL** MARECHAL FLORIANO-ES, AUTORIZADO A MANTER EM SEU DOMÍNIO DE INTERNET (SITE) UM ACESSO **OBJETIVO** DE **DIVULGAR** ARRECADAÇÃO DE IPTU PREDIAL E (IMPOSTO MUNICÍPIO **TERRITORIAL URBANO**) DE DO MARECHAL FLORIANO.

A Câmara Municipal de Marechal Floriano, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições constitucionais faz saber:

### Aprova:

**Art.** 1º - Fica, por esta Lei, o Poder Legislativo Municipal de Marechal Floriano-ES, autorizado a manter em seu domínio de internet (site) um acesso (link), com o objetivo de divulgar a arrecadação de IPTU (Imposto Territorial e Predial Urbano) do Município de Marechal Floriano-ES.

**Art. 2º** – Fica por esta Lei instituída a política de transparência na cobrança do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, no Município de Marechal Floriano com os seguintes objetivos:

I- instituir uma relação de cunho cooperativo entre a administração tributária municipal e o cidadão;

II- disponibilizar ao cidadão informações necessárias sobre o valor total de arrecadação oriunda do IPTU (Imposto Territorial e Predial Urbano) no Município durante cada exercício financeiro.

for

Deus seja Louvado.

# Cidade das Grquídeas \*\*\*\*





## Câmara Municipal de Marechal Floriano

## CASA LEGISLATIVA PRESIDENTE MUNICIPAL PHILIPP ENDLICH **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Art. 3º - O Poder Executivo deverá fornecer as informações tributárias necessárias para o fiel cumprimento desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de Setembro de 2021.

Vereador

#### **Justificativa**

A proposta tem por objetivo fornecer informações básicas que possibilitem instituir uma relação de cunho cooperativo entre a administração tributária municipal e o cidadão, além de disponibilizar informações a respeito da arrecadação oriunda do tributo, e permitir o conhecimento público do valor arrecadado com IPTU em cada exercício financeiro em nosso Município.